



salto
para o futuro



Edição Especial
História da infância
e direitos da criança

Ano XIX – Nº 10 – Setembro/2009

APRESENTAÇÃO

EDIÇÃO ESPECIAL

HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DIREITOS DA CRIANÇA

Ana Cristina Dubeux Dourado¹

1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DA REPRESENTAÇÃO DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA

Contardo Calligaris afirma que a infância foi “a mais duradoura das utopias concebidas pela modernidade”² e o historiador francês Jean-Louis Flandrin³ afirma que “*la infancia es una obsesión del pensamiento contemporáneo*”. Essas afirmações parecem comprovar que houve, de fato, a transformação da infância no “objeto emblemático do século XX”, sendo alvo, desde o final do século XIX, de olhares atenciosos de vários campos do saber.

O olhar dos cientistas se volta, nessa transição entre séculos, para entender a diferenciação entre a infância e a idade adulta, a fim de prever modificações de comportamento que confirmariam ou negariam as teses evolucionistas. Mas não é só enquanto

curiosidade científica que a infância torna-se alvo de tantas novas teses. Os processos sociais e econômicos que sustentam a consolidação do capitalismo são os principais elementos geradores das mudanças no papel das crianças na sociedade. Em primeiro lugar, porque o valor econômico dos filhos sofre transformações significativas. As classes média e alta passam a entender que seus filhos deverão dar continuidade a seus projetos de acumulação econômica. Quanto aos pobres, constrangidos a migrarem do campo para a cidade, vivem com o peso de ter que conseguir recursos para alimentar seus filhos, numa situação bem diferente de quando viviam da agricultura e potencializavam o trabalho em suas pequenas propriedades com a ajuda das crianças.

Dessa forma, perdem-se referências tradicionais que faziam da infância uma etapa apenas biológica da vida humana, na qual a

1 Mestre em História Social e em Literaturas Modernas e Contemporâneas e Doutora em Teoria da Literatura. Consultora da edição especial.

2 CALLIGARIS, Contardo. O reino encantado chega ao fim. *Folha de São Paulo*, 24 de julho de 1994.

3 In: “La moral sexual en Occidente”, citado por CARLI, Sandra. *La infancia como construcción social*. mimeo. p. 1.

natureza agiria sem a necessidade de grandes intervenções externas. A criança passa a ser objeto de preocupação das sociedades que querem potencializar o presente para preparar seu futuro. Novas expectativas são pensadas para esses futuros cidadãos, cuja inserção na sociedade ganha novos significados, respondendo a oportunidades e limites econômicos que se abrem já desde a Revolução Industrial, que, em meados do século XIX, muda o desenho da economia mundial, lançando os países numa fantástica corrida pelo desenvolvimento científico e pelo progresso material.

A representação da infância vai ganhando complexidade e diversidade no decorrer da história. Por muito tempo ainda, os pobres vão encarar a mortalidade infantil como fatalidade a ser aceita na ordem natural das coisas. Para os ricos, no entanto, esse fenômeno torna-se um inimigo a ser combatido, a fim de preservar os futuros cidadãos que deverão ocupar-se dos rumos da sociedade. As diferenças entre as políticas para os ricos e aquelas dirigidas aos pobres vão se expressar de maneira também desigual entre os povos. Se na Europa, ao final do século XIX, o Estado se preocupa em garantir algum tipo de acesso a serviços públicos para a população como um todo, nos países colonizados ou recém-independentes será a elite a se beneficiar de maneira quase exclusiva do acesso a políticas destinadas à infância.

Ainda que a posição econômica de cada país e os fatores culturais referentes a contextos diversos devam ser levados em consideração para entender os conceitos de infância na passagem do século XIX para o século XX, há, de fato, alguns elementos comuns que unem os debates relativos à inserção social da infância na sociedade moderna. Em quase todos os países do Ocidente, mesmo naqueles em que a industrialização tardou a chegar, houve uma mudança radical nos papéis sociais vinculados à percepção da infância. Na Europa, ainda no século XIX, a criança deixa de ser um assunto exclusivamente privado e passa a ser preocupação dos debates públicos dos mais diferentes tipos. Um aparato pedagógico se constrói para atender a essa criança que não mais poderia ser educada pela família. Nesse contexto, em muitos países, a família passa a ser considerada incapaz de criar seus filhos. Os discursos e práticas higienistas identificavam, então, sobretudo entre as classes mais pobres, os potenciais riscos que poderiam afetar as crianças no contato com seus familiares. As críticas ao alcoolismo e a atitudes consideradas promíscuas, como o fato de muitas pessoas dormirem em quartos minúsculos, foram apenas alguns dos assuntos que entraram na pauta das campanhas higienistas que se propagaram na Europa, mas que também ecoaram na América do Norte e na América Latina. Embora as preocupações dos médicos, políticos e intelectuais engajados nessas ações tivessem como justifi-

cativa a proteção da infância, grande parte das políticas implementadas nesse contexto foram consideradas “invasivas” e discriminatórias. No Brasil, um exemplo expressivo desse modelo político foram as campanhas de vacinação contra a febre amarela e contra a varíola. A forma autoritária usada pelos agentes de saúde para entrar nas residências das pessoas mais pobres revoltou a população de alguns centros urbanos do país. No entanto, é necessário reconhecer que foi através das ações de médicos higienistas que muitos países conseguiram debelar doenças endêmicas fatais, que em muito contribuíam para a mortalidade de crianças.

O que resulta desse período é um investimento maciço na produção e difusão de muitos conhecimentos novos sobre a infância. Os jornais publicavam conselhos às mães e noções de puericultura eram divulgadas através de panfletos e pequenas cartilhas, embora grande parte dessa informação ficasse restrita às classes mais abastadas. A criança passou a ser examinada minuciosamente e tudo o que se referia ao mundo infantil virou objeto de interesse dos meios de comunicação. Houve também um grande investimento em produtos de consumo dirigidos às crianças, desde os que eram usados pelos pais para cuidar de seus filhos até os brinquedos e livros destinados ao entretenimento do público infantil. Nas escolas, novos recursos começaram a fazer parte da aprendizagem que, aos poucos, foi

evoluindo de uma mera repetição de textos bíblicos ou de livros clássicos para incorporar recursos visuais, instrumentos musicais, equipamentos esportivos e outros elementos lúdicos. O investimento nesse conjunto de novidades visa a atender um desejo cada vez mais presente na sociedade: o de preparar de maneira qualificada o futuro dos seus cidadãos. Reflete ainda uma curiosidade adulta em entender melhor as crianças e em tornar a sociedade mais adaptada a esse mundo infantil recém-descoberto. No entanto, vale a pena destacar que os impactos dessas mudanças foram sentidos de maneira bastante diferente nos países ricos e nos países pobres. Se nos primeiros os benefícios se distribuíram, embora não de forma equitativa, entre grupos sociais diversos, nos países pobres foram destinados quase que exclusivamente à elite. A falta de políticas públicas preventivas que fizessem os pobres ascender a mecanismos efetivos de inserção social se consolidou ao longo dos séculos, tanto na América Latina quanto em outros países. A desigualdade de oportunidades no eixo econômico se reproduziu de maneira cada vez mais perversa em todos os níveis da vida das populações pobres, fazendo também com que as conquistas relacionadas à proteção das crianças se mantivessem alheias, por muito tempo, aos que mais necessitavam delas.

Para muitos estudiosos da história da infância, o século XIX é também a culminância

de um processo no qual a ciência estuda a evolução humana, da infância à idade adulta, a fim de estabelecer hipóteses sobre as relações que o indivíduo desenvolve em seu entorno social. Conceitua-se a infância de formas diversas e esses conceitos servem para alimentar a dominação da ciência diante da religião, no que se refere às explicações sobre a origem da vida e sobre o futuro da humanidade. Quais foram, então, as ideias novas que permitiram a redefinição da infância enquanto etapa da vida na qual se pretende preparar os indivíduos para se integrarem a um projeto de sociedade onde a razão e o progresso desempenham importantes papéis?

As utopias que colocam a criança como elemento a partir do qual se pretende traçar o destino da sociedade têm origem na Antiguidade. No entanto, diferentemente do personagem mítico, sem papel social preciso, ou ainda do cidadão da República de Platão, educado com o propósito de criar uma sociedade perfeita, a criança que é alvo da pedagogia iluminista é supostamente “real”. Nesse contexto, a criança torna-se, então, “*l’être qu’il faut observer, définir, expliquer dans un cadre qui n’est pas exclusivement celui de l’humain*”⁴.

O exercício rigoroso de observar as mudan-

ças comportamentais infantis, anotando-as de maneira detalhada, é, no século XIX, a marca inaugural do tratamento que a psicologia científica oferece ao estudo do desenvolvimento humano. Em um texto no qual analisa as mudanças de comportamento em seu próprio filho, *A Biographical Sketch of an Infant*⁵, Darwin mostra-se interessado em estudar um caso específico de desenvolvimento infantil, a fim de estabelecer leis que ajudem a compreender o ser humano em suas várias fases da vida. A partir da publicação das obras de Darwin e de outras teses evolucionistas, as teorias sobre a hereditariedade vão sendo reconhecidas enquanto instrumentos importantes para a compreensão de comportamentos sociais que teriam origem na infância. Descrevem-se as crianças nos seus aspectos mais variados, individual ou coletivamente, a partir de seu estado natural, atravessando o desenvolvimento biológico no decorrer de várias fases da vida, e até mesmo em cenas triviais do cotidiano, como brincadeiras infantis, festas, atividades em espaços públicos, entre outras.

As descobertas científicas virão adicionar diversas referências à compreensão do universo infantil, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da pedagogia.

4 BECCHI, Egli. Le XIXe siècle. In: BECCHI, Egli et JULIA, Dominique. *Histoire de l’enfance en Occident*. 2 t. Paris: Seuil, 1998, p. 153 - «um ser passível de observação, definição, explicação em parâmetros que não são exclusivos ao humano» (tradução livre).

5 DARWIN, Charles. A Biographical Sketch of an Infant. In: *Mind*, n. 2, 1877, p. 285-294. Réédité par P. H. Barrett, The Collected Papers of Charles Darwin, t. II, Chicago, Chicago University Press, 1977, p. 191-200.

Sobretudo na Europa, a educação da criança vai impregnar-se de teses científicas que visam desenvolver o progresso e a emancipação da sociedade. As famílias são orientadas a educar sem desperdício, as escolas adotam procedimentos para garantir maior eficácia na instrução das crianças e aumenta a oferta de informações e serviços relativos à infância.

Havia também um outro foco comum na análise que os cientistas faziam da evolução do comportamento infantil: a percepção da linguagem como o diferencial entre seres humanos e animais. Observava-se o desenvolvimento da capacidade da criança de

se comunicar através do complexo sistema de signos que compõem uma determinada língua. E, mais uma vez, criavam-se critérios hierárquicos entre as diversas fases de desenvolvimento biológico e as fases de evolução da humanidade de maneira mais geral.

A transposição dos conhecimentos científi-

As descobertas científicas virão adicionar diversas referências à compreensão do universo infantil, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento da pedagogia. Sobretudo na Europa, a educação da criança vai impregnar-se de teses científicas que visam desenvolver o progresso e a emancipação da sociedade.

cos relativos à evolução das espécies para a análise do desenvolvimento cognitivo e social das crianças foi feita através da aplicação de conceitos à pedagogia que antes eram estranhos a esse campo do saber. Diversificação e seleção eram a base da compreensão darwiniana do mundo. Em lugar da teleologia, o futuro é um campo imensurável de possibilidades.

Há um componente importante na transposição da teoria de Darwin para os estudos sociais e para a produção literária – a compreensão de que, além da carga genética, o indivíduo traz uma memória cultural que será nele desenvolvida, em sua inserção social. Já ao nascer, a criança é introduzida num determinado meio carregado de cultura.

Apesar do investimento da ciência evolucionista em divulgar ideias sobre a importância da herança biológica para o desenvolvimento humano em sociedade, o imaginário social em torno à infância não se rendeu totalmente a uma conceituação determinista. A criança, de maneira geral, foi, ao longo do século XIX, vista muito mais como uma “na-

tureza plástica e moldável” que como um conjunto de caracteres hereditários definidos desde a concepção. É justo dizer que mesmo a ciência evolucionista não esteve interessada em traçar contornos rígidos para entender o desenvolvimento humano a partir de padrões fixos já definidos desde o nascimento. A partir da teoria evolucionista houve, sim, uma ampliação dos esforços dos cientistas em investigar formas de melhorar as condições de vida das crianças e sistematizar conhecimentos para ajudar as famílias a criarem seus filhos.

Nesse momento da história, sobretudo na Europa, mas com forte repercussão no Brasil⁶, a incidência de políticas higienistas no espaço familiar foi um dos movimentos empreendidos pela ciência interessada no desenvolvimento das crianças.

A maneira como tais iniciativas se concretizam se modula a filiações ideológicas e morais dos cientistas ou daqueles que fizeram usos das descobertas científicas para fins sociais. É certo que, em toda a Europa, investir na infância ganhava importância internacional, visto que os países visavam garantir seu poder econômico, tendo cidadãos preparados para representar a nação. Como já foi dito antes, a infância, no contexto do século XIX, deixa de ser um assunto doméstico.

Diante de tais motivações, formou-se uma certa visão crítica sobre um provável (e extremado) racionalismo da ciência em suas investidas em políticas específicas para a infância. Segundo essas teorias, os governos, ao adotarem medidas visando ao planejamento familiar ou à alocação de recursos que subsidiassem a sobrevivência de famílias maiores, tinham interesses econômicos bastante óbvios. O que se evidenciava na infiltração da ciência na vida cotidiana era que vários assuntos, antes considerados como exclusivamente pertencentes à vida íntima e ao mundo privado, agora se tornavam assunto de interesse público. Os Estados se investiam do poder de controlar esferas da vida humana antes vivenciadas apenas no âmbito privado.

Uma das consequências da disciplinarização das práticas cotidianas referentes ao cuidado com as crianças teve origem na interpretação de certos conhecimentos científicos acerca dos impulsos naturais. Ao observar no ser humano a permanência de determinados traços instintivos dos animais, alguns cientistas contribuíram com novas diretrizes para o processo de socialização da criança. Nesse sentido, os comportamentos espontâneos típicos da infância foram sendo mais e mais sujeitos à repressão⁷.

6 Sobre este assunto, consultar CUNNINGHAM, Hugh. *Children & Childhood in Western Society since 1500*. Londres e Nova Iorque: Longman, 1995. p. 165.

Alguns princípios evolucionistas ganharam mais publicidade que outros, na sua aplicação aos discursos e projetos sociais. Tampouco a vulgarização do discurso científico originado do evolucionismo gerou impactos imediatos no cotidiano das crianças, apesar da intensa divulgação de regras higienistas, de padrões científicos para uma melhoria da educação, e inclusive de recomendações de fundo eugenista que buscavam definir práticas de procriação a partir de critérios de qualidade genética. Houve uma forte reação de representantes de diversos segmentos sociais, questionando as formas autoritárias que esses discursos estavam assumindo em sua dimensão pública e intervencionista.

Os avanços científicos lançam novas perspectivas para assegurar a sobrevivência de cidadãos que deveriam se juntar ao movimento de progresso que no século XIX toma conta do imaginário europeu – e que, como consequência, ecoa na mentalidade das elites coloniais. Com relação à mortalidade infantil, tomam-se providências efetivas, o que traz um alento para uma problemática que, até o século XVIII, e ainda no século XIX, na Europa, atingiu veementemente e sem distinção de classes quase todas as famílias.

Num século onde a fome, a depressão econômica e a crescente agitação dos desem-

pregados geravam forte tensão social, os avanços da ciência eram vistos como fatores importantes para a construção de uma nova ordem. A Inglaterra passava por agitações provocadas pelas contradições entre dois sistemas ideológicos: um que reforçava o Estado de Direito e visava garantir um bem-estar à população, e o outro que propunha intervenções cirúrgicas de controle populacional – tanto no ponto de vista demográfico, quanto no que se referia a manifestações coletivas ou agitações para reivindicações sociais.

As teorias de Malthus, de Darwin e de outros adeptos das idéias evolucionistas serviram de base para uma mudança na maneira de interpretar a sociedade europeia da primeira metade do século XIX. Na década de 1830, “Malthus calculava que, sem controle, a humanidade poderia duplicar sua população em apenas vinte e cinco anos”⁷. Se isso acontecesse, o planeta seria devastado. Cabia, então, tomar providências para evitar o descompasso entre crescimento populacional e o volume de recursos naturais existentes, além da perspectiva de a fome atingir milhões de pessoas. Nas ruas de Londres, era cada vez maior o número de mendigos vivendo do que encontravam nos lixos ou recorrendo à criminalidade para conseguir o que comer. Essas eram expressões interpretadas pelos evolucionistas como “o combate das espé-

7 Ibid, p. 175, citando R. Spree, *Shaping the child's personality: medical advice on child-rearing from the late eighteenth to the early twentieth century in Germain*, *Social History of Medicine*, 5 (1992), pp. 317-35.

8 Ibid. p. 284.

cies”, do qual apenas os fortes saíam vivos. “A vida não era um jardim paroquial em uma tarde de verão, mas uma batalha entre os derrotados nas dilapidadas ruas de Londres”⁹. A divulgação – a e ampla aceitação – das teses de Malthus sobre o descontrole do crescimento populacional reforçam a ideia de que as políticas implantadas pelas nações europeias com relação à natalidade tinham uma preocupação mais econômica que humanitária.

Essa linha cientificista e sistêmica terminou por influenciar muitos dos discursos e políticas voltados para a infância. De maneira quase dogmática, a ciência propunha regras para o casamento, limites para a educação dos filhos, elaborando teses que eram usadas nos materiais didáticos para educar as crianças e nas propagandas destinadas ao controle de certas práticas sociais. Condenava-se, portanto o hábito de beber, de deixar crianças participarem de festas de adultos ou de dormir nos quartos dos pais. O higienismo incorporou ideais eugênicos e aplicou as pesquisas sobre a hereditariedade a muitas das políticas voltadas para a ressignificação dos espaços de união das pessoas em coletividade: desde a família a comunidades maiores, como os cortiços, por exemplo.

A família “*vê sua autonomia ameaçada pela*

crecente intervenção do Estado, o qual, não podendo agir constantemente em nome dela, vem a ocupar seu lugar, especialmente na gestão da criança, o ser social e o capital mais precioso”¹⁰.

Já o fato de ter filhos ou planejar o número de filhos passa a ser regulado pelo Estado, na França e em outros países da Europa. Se, por um lado, como já foi dito, as teorias malthusianas lançam uma sombra sobre a capacidade do planeta em equalizar os recursos disponíveis com o crescimento populacional, por outro lado, os países também se preocupam em fazer da família o espaço onde a raça se reproduz de maneira numerosa, fecunda e saudável.

As ideias científicas ligadas ao evolucionismo contribuía com as bases deterministas dessas duas visões fatalistas sobre a demografia do século XIX. Com uma boa dose de arrogância, as políticas idealizadas nessa época expressavam a ambição dos cientistas de controlar os processos naturais. Ao contrário do que havia ocorrido no Iluminismo, quando se construiu uma relação “*respeitosa, mas de modo algum subserviente*”¹¹ com os deuses e a natureza, no século XIX a intenção é de colocar as criações humanas em confronto com as forças naturais, de modo

9 Ibid. pp. 286-287.

10 PERROT, Michelle. Introdução ao capítulo Os Atores. In: *História da Vida Privada 4*, Coleção organizada por Philippe Ariès e Georges Duby. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 91.

11 SENNETT, Richard. O Declínio do Homem Público – As Tirantias da Intimidade (citando Frank Manuel). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 119.

a criar as condições de vitória e controle das primeiras sobre as últimas.

REPERCUSSÕES DOS DEBATES EVOLUCIONISTAS NO BRASIL

Segundo Sérgio Buarque de Holanda¹², o Brasil sofre historicamente pela ausência de uma distinção clara entre os domínios público e privado. Desde sua origem, o país vem se organizando administrativa e politicamente muito mais em relação a interesses privados do que a partir de regras claras visando à construção do Estado. No século XIX, enquanto muitos países ocidentais já adotam sistemas políticos racionais, definidos a partir do Positivismo, e com influência das idéias evolucionistas, que priorizavam a ordem e a justiça, o Brasil, apesar do lema de sua bandeira republicana, não havia cumprido a trajetória em direção a um Estado Nacional libertado de influências religiosas e de interesses privados. O Estado brasileiro, dominado por representantes da elite, é ainda nesse momento uma extensão das relações familiares e fruto de acordos paternalistas e clientelistas.

De fato, desde a época da colonização, a lógica doméstica resultante de um tipo de organização social moldada a partir do privado vem penetrando quase todas as esferas socioculturais do país, uma dinâmica que

sobrevive até os dias de hoje.

O costume brasileiro de educar os filhos em casa, mesmo para aqueles que teriam recursos financeiros para pagar as boas escolas então existentes, impossibilitou a abertura para inúmeras inovações pedagógicas que já eram implementadas na Europa. Os brasileiros cresciam, assim, sem desenvolver as habilidades necessárias ao homem cosmopolita e empreendedor que era cada vez mais atuante no contexto europeu e nos Estados Unidos.

Uma educação voltada para convenções e privilégios, para atender às expectativas de ascensão social e de progresso econômico é a que vai se firmando no ideário das elites brasileiras em relação a seus filhos. Sentimos, ainda hoje, os ecos desse desequilíbrio. Nos tempos atuais, parece que saímos dessa fase de “descoberta” da infância, de deslumbramento frente a esse mundo encantado onde as promessas de um novo mundo ou de uma continuidade positiva frente ao futuro era a tônica. O sentimento diante da infância é hoje um misto de espanto e pena, a depender das condições de vida das crianças às quais nos refirmamos. De um lado estão as crianças superautorizadas, aquelas que, apesar do acesso a recursos infinitos, transgridem as fronteiras do espaço que deveriam ter enquanto seres

em formação, desafiando qualquer limite a impulsos e desejos. Essas atitudes podem se expressar de formas múltiplas. Nas escolas, através do ambiente de violência e agressividade, movido pela desconsideração, por parte dos alunos, dos papéis de autoridade que os educadores deveriam desempenhar. Nas famílias, pela distância em relação aos pais e pela relação quase hermética que muitas crianças desenvolvem com a comunicação via Internet, com jogos eletrônicos ou com a televisão. Nas ruas ou nos espaços urbanos em geral, pelo aumento do número de casos em que crianças e adolescentes se envolvem com atos ilícitos. Nesses momentos, nós adultos algumas vezes cedemos à tendência de, em relação às crianças, desejar *“encerrá-las, inventar uma arquitetura mítica que sedimente o imaginário das profecias e das nostalgias, dos paraísos perdidos e das utopias frustradas”*¹³.

O que talvez assuste mais as sociedades nesse contexto atual é que vivemos mergulhados no que se convencionou chamar da “Era das Incertezas”. A quebra de vínculos ou práticas tradicionais, a introdução das novas possibilidades tecnológicas e a consequente expansão de informações e de objetos de consumo, a inadaptação da educação aos interesses de crianças que não veem sentido em quase tudo o que aprendem, são elementos que contribuem para tornar nebulo-

so o imaginário que nossa sociedade produz quanto ao futuro das novas gerações.

2. UMA HISTÓRIA DA CRIANÇA BRASILEIRA

O BRASIL INDÍGENA E O INÍCIO DA COLONIZAÇÃO

Para compreender como se construiu historicamente a representação da criança no Brasil, precisamos nos deparar com categorias diversas de ‘infância’. Antes mesmo da colonização, podemos afirmar que já havia diferentes práticas culturais relativas ao período anterior à puberdade entre as nações indígenas existentes nas terras mais tarde ocupadas pelos portugueses. Existia uma pluralidade de línguas, costumes, organizações sociais entre as várias nações indígenas e essas diferentes práticas influenciaram a inserção das crianças no mundo dos adultos. Entre os tupinambás, por exemplo, os meninos, desde muito pequenos, caçavam e pescavam com os pais, chegando às vezes a participar nas guerras tribais. Já as meninas começavam a fiar algodão antes dos sete anos de idade, além de tecer redes, trabalhar nas roças, fabricar farinha e cozinhar.

Essa rotina, porém, seria totalmente alterada no processo de colonização implantado por Portugal, a partir de 1500. Crianças indígenas

foram escravizadas, acompanhadas ou não de suas famílias. Ao longo da história colonial brasileira, mesmo quando a legislação indigenista proibiu o trabalho escravo, a venda de crianças indígenas por seus próprios pais tornou-se uma prática corrente no país, iniciando no século XVI e mantendo-se até meados do século XIX¹⁴, como mostra o relato de um viajante europeu, Thomas Ewbank:

“Os índios aparecem para serem escravizados tanto quanto os negros; no Rio de Janeiro muitos deles têm sido negociados. Antes era muito difícil conseguir um indiozinho por menos de setenta mil réis, mas agora os seus pais, não tendo nada o que comer, oferecem-nos de bom gosto por dez” (Thomas Ewbank. *Life in Brazil. Filadélfia, 1850*).

Dentro das caravelas, os colonizadores exploravam a infância no sentido de alimentar o sistema mercantilista. Existem documentos datados do século XVI, em Portugal, que indicam o recrutamento de crianças nas áreas urbanas do país para embarcarem nos navios que viajavam para as colônias. É o que nos mostra o texto a seguir, de Fábio Pestana Ramos:

“(...) a falta de mão-de-obra de adultos, ocupados em servir nos navios e nas pos-

sessões ultramarinas, fazia com que os recrutados se achassem entre órfãos desabrigados e famílias de pedintes. Nesse meio, selecionavam-se meninos entre nove e 16 anos, e não raras vezes, com menor idade, para servir como grumetes nas embarcações lusitanas” (Fábio Pestana Ramos: *A História Trágico-Marítima das Crianças nas Embarcações Portuguesas do Século XVI. In: História das Crianças no Brasil. DEL PRIORI, Mary (org.). São Paulo: Contexto, 1999*).

Nesse contexto, as crianças eram consideradas como elementos que tinham um determinado valor nas práticas mercantis existentes. Se ficassem em Portugal, um país ainda essencialmente agrícola, as crianças de camadas sociais mais pobres seriam certamente utilizadas no trabalho braçal no campo. Ao embarcarem nos navios, essas crianças e adolescentes cumpriam um papel importante na empreitada colonial: devido às altas taxas de mortalidade tanto no Reino como nas possessões, a Coroa Portuguesa recorria à infância de seu país para conseguir completar a tripulação das caravelas. Essas crianças e adolescentes, além de receberem soldos mais baixos que os adultos, assumiam trabalhos arriscados e pesados, sendo ainda submetidos a maus tratos e abusos sexuais.

14 CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no Século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, Secretaria Municipal de Cultura.

Embora não representassem um número elevado em relação aos demais tripulantes, as crianças embarcadas nas caravelas se fizeram presentes na história da colonização brasileira desde seu início. Ao chegar ao Brasil, algumas dessas crianças e desses adolescentes procuraram se inserir em ocupações econômicas que lhes garantissem construir seu futuro como colonos. Houve casos de grumetes que chegaram mesmo a serem aceitos pelos índios, sendo totalmente integrados à vida nas aldeias, crescendo nesse meio e incorporando-se aos costumes indígenas.

AS CRIANÇAS ESCRAVAS E O MUNDO DO TRABALHO

Nos navios negreiros que traziam escravos da África, as crianças embarcadas viveram condições de vida muito piores. No século XVIII, cerca de 4% dos escravos que desembarcavam no porto do Valongo, no Rio de Janeiro, eram crianças de menos de 10 anos de idade. Apesar de terem priorizado os adultos do sexo masculino, os mercenários e comerciantes que atuavam no tráfico negreiro capturavam crianças na sua passagem por várias tribos africanas. Depois de um trajeto quase sempre realizado dentro dos porões dos navios, as crianças eram expostas nos mercados públicos para serem vendidas aos senhores de engenho ou a pessoas de poder aquisitivo suficiente para manter um escravo. Mas não existia concretamente um

‘mercado’ de crianças cativas. O interesse maior dos fazendeiros dirigia-se à compra de mulheres em idade fértil, o que garantiria o nascimento de crianças já dentro das fazendas. Porém, a mortalidade infantil era alta e, apenas para citar um exemplo, numa fazenda carioca, entre os anos de 1842 e 1852 “*morreram 128 escravos (mais de dez por ano!) dos quais 54 eram crianças, recém-nascidos em sua maioria*” (José Roberto de Góes e Manolo Forentino: *Crianças Escravas, Crianças dos Escravos*. In: *História das Crianças no Brasil*. DEL PRIORI, Mary (org.). São Paulo: Contexto, 1999).

Muitas vezes as crianças escravas eram separadas de seus pais e, segundo censos realizados no Brasil nos séculos XVIII e XIX, já desde os três anos de idade as crianças negras apareciam como destinadas ao trabalho doméstico ou a atividades agrícolas. É o que nos revela um outro trecho do artigo já citado, ‘Crianças Escravas, Crianças dos Escravos’:

“O pequeno Gastão, por exemplo, aos quatro anos já desempenhava tarefas domésticas leves na fazenda de José de Araújo Rangel. Gastão nem bem se pusera de pé e já tinha um senhor. Manoel, aos oito anos, já pastoreava o gado da fazenda de Guaxindiba, pertencente à baronesa de Macaé. Rosa, escrava de Josefa Maria Viana, aos 11 anos de idade dizia-se ser costureira. Aos 14 anos, tra-

balhava-se como um adulto”. “O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia”. (José Roberto de Góes e Manolo Forentino, p. 184 e 185).

Vivendo na mesma época, mas em condições radicalmente diferentes, as crianças e adolescentes das famílias ricas se habituaram desde cedo, no Brasil, a reproduzir comportamentos autoritários e por vezes tirânicos face aos escravos adultos ou crianças que trabalhavam em suas residências. Um conhecido trecho da obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas* é um exemplo expressivo de como se fundaram as relações entre patrões e empregados, desde a infância, na sociedade brasileira:

“Desde os cinco anos merecera eu a alcunha de ‘menino diabo’; e verdadeiramente não era outra coisa; fui dos mais malignos do meu tempo, arguto, indiscreto, traquinas e voluntarioso. Por exemplo, um dia quebrei a cabeça de uma escrava, porque me negara uma colher de doce de coco que estava fazendo, e, não contente com o malefício, dei um punhado de cinza ao tacho, e, não

*satisfeito da travessura, fui dizer à minha mãe que a escrava é que estragara o doce ‘por pirraça’; e eu tinha apenas seis anos. Prudêncio, um moleque de casa, era o meu cavalo de todos os dias; punha as mãos no chão, recebia um cordel nos queixos, à guisa de freio, eu trepava-lhe ao dorso, com uma varinha na mão, fustigava-o, dava mil voltas a um e outro lado, e ele obedecia – algumas vezes gemendo –, mas obedecia, sem dizer palavra, ou, quando muito, um ‘ai, Nho-nhô!’, ao que eu retorquia: ‘Cala a boca, besta!’” (Machado de Assis. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Editora Scipione, 1994. p.20 e 21).*

A partir dessa separação de mundos vão se moldando, também, representações contraditórias sobre a infância dos escravos e dos não-escravos, no trabalho, no imaginário coletivo e nas práticas culturais da sociedade brasileira. Assumir tarefas domésticas, preparar-se para trabalhos ou ofícios agrícolas ou que exigissem esforço físico, participar diretamente da produção fabril, nada disso fazia parte da formação de uma criança brasileira originária da elite. O trabalho como atividade intelectual se contrapõe, na escola e na família da elite, ao trabalho mecânico e fatigante, este sempre destinado, desde muito cedo, às crianças pobres, quase sempre, escravas.

Depois da libertação dos escravos, as crianças negras vão continuar a realizar tarefas

semelhantes às que faziam durante o período escravocrata, tanto no espaço doméstico, quanto nas propriedades rurais. É o que mostra um trecho do romance de José Lins do Rego, *O Moleque Ricardo*, descrito a seguir:

“Nascera para ser menor que os outros. Em pequeno vivia pela sala com os senhores lhe ensinando graça para dizer. Os meninos brancos brincavam com ele. Mais tarde viu que não valia nada mesmo. Só para o serviço, para lavar cavalos, rodar moinho de café, tirar leite. Negro era mesmo bicho de serventia.”

*“Ele tinha uma alma igual à dos outros. E sabia mesmo fazer tudo melhor. E apesar disso, quando o outro crescesse, seria dono, e ele um alugado como os que via na enxada. O que aprendeu num ano que passou na escola, nada lhe valia. Deu somente para abrir uma brecha para o mundo, para a vida. Ninguém passaria por aquela brecha tão estreita”. (José Lins do Rego: *O Moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980. p. 12.).*

Nesse mesmo relato, José Lins do Rego nos fala sobre a relação de posse entre patrão e empregados, que continua a dominar a exploração de crianças e adolescentes no Nordeste, mesmo com a instauração do trabalho livre:

*“Quem enjeitava um criado que se dava daquele jeito? Moleque limpo, de olhos vivos, de cara boa, um achado para o Recife, onde os moleques daquele tipo se faziam de gente, se metiam em sociedade de operários, quando não se perdiam na malandragem. O condutor fizera uma aquisição magnífica. O diabo seria se o moleque criasse asa e se perdesse. Já levava uma crioula de Nazaré que pouco durou em casa. Quando cresceram os peitos, passou-se para o mundo que era melhor.” (José Lins do Rego. *O Moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1980. p. 7).*

O CRESCIMENTO DOS CENTROS URBANOS E A UTILIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Nesse contexto, sonhar com um destino diferente era quase impossível. Sem escola ou recebendo uma educação pontual e precária, o único caminho para meninos como o “Moleque Ricardo” é a migração para a cidade, onde vão trabalhar em atividades diversas, sem conseguirem, porém, escapar da exploração.

O ambiente urbano engendrou diversas formas de utilização do trabalho infantil, a depender das especificidades econômicas de cada região. Entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, várias indústrias se utilizaram, em terríveis condições de

trabalho, da mão-de-obra infantil. Os jornais da cidade de São Paulo publicavam anúncios buscando trabalhadores-mirins, a fim de empregá-los em atividades que exigissem as mãos delicadas de crianças ou mesmo apenas pela vantagem de pagarem salários mais baixos. As famílias que imigravam em massa, originárias, sobretudo, da Itália, viam nessas oportunidades o sonho de “fazer a América”. No entanto, logo se deparavam no Brasil com condições de trabalho exaustivas e viam-se obrigadas a disponibilizar seus filhos para trabalharem a fim de complementar a renda familiar. Como consequência, em 1890, aproximadamente 15% do total da mão-de-obra absorvida em estabelecimentos industriais da cidade de São Paulo eram crianças e adolescentes.

“Mundo do trabalho ao qual crianças e adolescentes eram incorporados como se fossem adultos. Alimentos e bebidas, tecidos e chapéus, cigarros e charutos, vidros e metais, tijolos e móveis, entre

O ambiente urbano engendrou diversas formas de utilização do trabalho infantil, a depender das especificidades econômicas de cada região. Entre as últimas décadas do século XIX e o início do século XX, várias indústrias se utilizaram, em terríveis condições de trabalho, da mão-de-obra infantil.

uma série de produtos fabricados então em São Paulo, passavam por mãos pequeninas, trazendo na sua esteira a indiferença às particularidades e às necessidades da infância e adolescência” (Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura. *Crianças Operárias na Recém-Industrializada São Paulo*. In: *História das Crianças no Brasil*. DEL PRIORI, Mary (org.). São Paulo: Contexto, 1999. p. 264.).

O senso comum, e mesmo uma parte importante do pensamento político e intelectual do país, via o trabalho como espaço de formação e redenção da infância desfavorecida. Desde o início do século XX, o Estado nos seus variados níveis passou a aplicar medidas de repressão à delinquên-

cia e à vagabundagem, enviando crianças e adolescentes para trabalharem em oficinas, fábricas ou propriedades agrícolas. Mais ainda, foram sendo criados, em todo o Brasil, estabelecimentos para o ensino de ofícios manuais e mecânicos e escolas agrícolas, dirigidos às crianças e adolescentes pobres, iniciativas que vieram fortalecer a ideia de que, através de atividades como essas, o Bra-

sil estaria 'salvando suas crianças' e construindo uma verdadeira nação. Essas ações de caráter oficial, motivadas por uma lógica que reproduzia a separação de classes característica da história do Brasil, não foram acompanhadas de iniciativas educacionais que possibilitassem às crianças e adolescentes sem recursos o acesso a uma escola que efetivamente pudesse produzir sua inserção social futura. Dividiam-se, assim, os universos das crianças brasileiras, sendo a pobreza um antagonismo insuperável, definindo o destino de milhares de indivíduos sem possibilidades de alterar uma condição social imposta desde a infância.

UMA VISIBILIDADE QUE SE CONQUISTA AOS POUCOS

No início da década de 90, no Brasil, a mobilização social em torno à implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente favoreceu também a denúncia de várias situações

No início da década de 90, no Brasil, a mobilização social em torno à implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente favoreceu também a denúncia de várias situações de exploração e de violência contra crianças e adolescentes.

de exploração e de violência contra crianças e adolescentes. Os milhares de trabalhadores infantis que foram se tornando visíveis a partir dos anos 90 do século XX representam, de fato, os personagens de uma história comum a uma enorme massa de brasileiros excluídos das políticas sociais. Foram crianças e adolescentes que participaram da construção das cidades, deram impulso à produção de açúcar, deixaram suas vidas em

acidentes de trabalho nas fábricas e plantações. Mesmo quando a assistência Estatal alcançava essas crianças e adolescentes, na grande maioria das vezes isso ocorria através de ações fragmentadas ou descontínuas. A escola não se apresentou, para a população pobre do Brasil, como uma alternativa permanente

e de qualidade que servisse de meio para a inserção social. Alimentando o ciclo da pobreza que atinge uma geração de brasileiros após a outra, a permanência do trabalho infantil é, de fato, uma face evidente da desigualdade social característica do Brasil.

TEMAS EM DEBATE NA EDIÇÃO ESPECIAL – HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DIREITOS DA CRIANÇA

A Edição Especial – História da infância e Direitos da criança, que será veiculada no 11 de setembro de 2009 no programa Salto para o Futuro/TV Escola (MEC), tem como proposta discutir a Lei n. 11.525, que determinou a inclusão de conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do Ensino Fundamental, tendo como diretriz a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Será mostrada a história da infância no país, desde o período colonial até os dias de hoje, por meio de entrevistas, imagens e

depoimentos. O programa também focaliza as situações de desrespeito às crianças e aos adolescentes, como o trabalho infantil e o abuso sexual. Discute, ainda, que a escola não se apresentou, para diversas gerações de brasileiros das classes menos favorecidas, como uma alternativa permanente e de qualidade para sua inserção social. Qual deve ser o papel da escola e de toda a sociedade para que os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros sejam respeitados? Esta e outras questões serão apresentadas e debatidas nesta edição especial.

Presidência da República

Ministério da Educação

Secretaria de Educação a Distância

Direção de Produção de Conteúdos e Formação em Educação a Distância

TV ESCOLA/ SALTO PARA O FUTURO

Coordenação-geral da TV Escola

Érico da Silveira

Coordenação Pedagógica

Maria Carolina Machado Mello de Sousa

Supervisão Pedagógica

Rosa Helena Mendonça

Acompanhamento Pedagógico

Ana Maria Miguel

Coordenação de Utilização e Avaliação

Mônica Mufarrej

Fernanda Braga

Copidesque e Revisão

Magda Frediani Martins

Diagramação e Editoração

Equipe do Núcleo de Produção Gráfica de Mídia Impressa – TV Brasil

Gerência de Criação e Produção de Arte

Consultora especialmente convidada

Ana Cristina Dubeux Dourado

E-mail: salto@mec.gov.br

Home page: www.tvbrasil.org.br/salto

Rua da Relação, 18, 4º andar – Centro.

CEP: 20231-110 – Rio de Janeiro (RJ)

Setembro de 2009